

## OS RACKETS BRASILEIROS. NOTAS SOBRE AS ATUAIS CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS

Vladimir PUZONE\*

**RESUMO:** Para tecer algumas reflexões acerca das atuais circunstâncias históricas que levaram à deposição de Dilma Rousseff da presidência, nos inspiramos em uma noção da teoria crítica acerca do desenvolvimento do capitalismo na primeira metade do século XX e que apontou para o vínculo entre formas de dominação e o uso de violência: *racket*. Após uma breve exposição do termo, reconstruímos o cenário político e social brasileiro, especificando algumas de suas condições particulares, como a superexploração da força de trabalho e o modelo neoliberal. Além da relação dos atuais chefes de governo com os *rackets*, esboçamos um quadro das relações de classe, indicando tanto o aparecimento de grupos conservadores e reacionários quanto os impasses da esquerda. O objetivo é mostrar que o golpe que depôs Dilma Rousseff serve aos propósitos de manter a dominação na sociedade brasileira ao preço da violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe. Dominação. *Racket*. Teoria crítica.

O atual governo federal brasileiro, fruto do golpe de Estado ocorrido em 2016, possui uma extensa lista de acusações de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, entre outros. Sua chegada ao poder não apenas marcou o fim do período petista à frente do Palácio do Planalto, como também coincidiu com a crise dos chamados governos progressistas na América Latina. Em países da região, os partidos e grupos de esquerda se viram confrontados com o crescimento de manifestações e mobilizações de massa: na Argentina, protestos contra o governo de Cristina Kirchner; na Venezuela, atos em repúdio a Nicolás Maduro. Por aqui, o cenário não foi diferente.

---

\* UnB – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília – DF – Brasil. 70910-900 - vfpuzone@gmail.com.

Todo o processo que levou à deposição de Dilma Rousseff da presidência em 2016, contou com o apoio expressivo de estratos sociais contrários àquilo que acreditam ser uma apropriação indébita do aparelho estatal brasileiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Este haveria tomado conta do estado, implantado um modelo de **capitalismo de compadres** em que as ligações pessoais com empresários favoreceram o duplo trânsito entre negócios e apoio financeiro aos partidos da coalização dominante no parlamento na última década. Seguindo palavras de ordem como **quero meu país de volta e fora corruPTos**, os manifestantes a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff serviram de base social para que a deposição da presidenta ganhasse força junto aos parlamentares, não sem uma boa dose de apoio dos grandes grupos de comunicação, que diuturnamente conclamavam as massas a sair às ruas e exercer sua cidadania contra os abusos do poder central. Formadas majoritariamente por estratos da classe média tradicional, tais massas apoiaram crescentemente as investigações que apontam, mais com convicções do que provas cabais, para o elo entre o PT principal partido político do país e esquemas de favorecimento de certos grupos empresariais, notoriamente, construtoras.

Ao som de fogos de artifício e buzinas de veículos utilitários esportivos, aqueles que comemoraram o fim do governo petista foram ladeados por círculos dispostos a disparar tiros de maior letalidade. Como não se via há muito tempo, saudosistas da ditadura militar e neoconservadores educados pela vasta literatura publicada recentemente no Brasil sobre a direita e por canais de vídeos *online*, puderam gritar orgulhosos que seu país não se transformaria em uma ilha comunista. Eles não hesitam em fazer apologia do regime ditatorial imposto em 1964, argumentando que o retorno das forças armadas ao poder traria de volta à nação a estabilidade social e econômica perdida nos últimos anos.

Esse quadro, conhecido por aqueles que assistiram, até certo ponto atônitos, ao crescimento e vitalidade daquelas mobilizações, se completaria com algo bastante caro às tradições brasileiras reconciliadoras. Afastando a esquerda do poder para que a corrupção fosse limada do sistema político do país, surgem em cena personagens com ficha policial tão ou mais suja. Trata-se de um verdadeiro escárnio o fato de que um grupo acusado dos mais diversos crimes tenha assumido a chefia do estado.<sup>1</sup> Os traços caricatos dos atuais chefes de governo só parecem reforçar que eles não estão dispostos a largar do butim. Mas isso também diz muito a respeito de como viemos parar aqui e como nossa sociedade tem se reproduzido num padrão extremamente perverso, mesmo naquele período em que muitos acreditaram viver na bonança de um capitalismo feliz para todos. O bando que está no governo representa mais do

---

<sup>1</sup> Ministros e ex-ministros nomeados por Michel Temer, como Eliseu Padilha (Casa Civil), Mendonça Filho (Educação), Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) e Romero Jucá (Planejamento) são acusados, entre outros crimes, de tráfico de influência, desvio de recursos e lavagem de dinheiro. Conferir Aguiar; Perón, 2016.

que apenas um golpe, por mais cruel que seja a perspectiva que se nos apresenta para os próximos anos.

Tem sido noticiado com frequência quase diária pelos meios de comunicação ligados aos derrotados pelo golpe que Michel Temer e seus ministros estão envolvidos em esquemas de corrupção, e que uma de suas principais bandeiras assim que assumiram o Palácio do Planalto consistiu em anistiar os crimes cometidos pelos parlamentares que votaram a favor do *impeachment* em 2016. Seria possível fazer alusão ao exame do bonapartismo feito por Marx, pois, de maneira semelhante à França de meados do século XIX, um grupo de reputação duvidosa está à frente do poder estatal. Contudo, as semelhanças param por aí, já que a análise marxiana pressupõe que o golpe dado por Luís Bonaparte fora levado a cabo em resposta às ameaças de uma insurreição proletária. Aqui no Brasil estamos longe disso, por enquanto. Os governos do PT na presidência não representaram muitas ameaças ao domínio de nossas classes burguesas. Ao contrário, tanto Lula quanto Dilma procuraram não só governar para todos, mas também favorecer parcela importante da economia nacional.<sup>2</sup> Diante desse cenário conturbado e contraditório, talvez seja necessário revisitar outros conceitos e análises que sirvam de inspiração para o entendimento da situação atual no país. A noção de *racket* pode se mostrar frutífera para essa discussão.

## Sobre a noção de *racket*

A expressão foi mobilizada pela teoria crítica no início dos anos 1940 para dar conta das transformações do capitalismo e seus efeitos sobre as relações de classes, tendo em vista o cenário histórico construído nos Estados Unidos e na Alemanha. Com isso, a intenção de Max Horkheimer e Theodor Adorno era mostrar em que medida o desenvolvimento do capitalismo havia reforçado os traços centrais da dominação social.<sup>3</sup> Retirando a palavra das discussões que alguns empresários norte-americanos faziam sobre os sindicatos, os autores mudam seu significado, passando a usar o termo como um traço distintivo das sociedades da época. Originalmente, industriais dos Estados Unidos acusavam a cúpula sindical do país de agir por meio de extorsão e outras atividades ilícitas, em conluio com lideranças empresariais, políticos profissionais, criminosos e advogados. O objetivo dessa associação seria a criação e a manutenção de um monopólio, tanto dos negócios quanto da força de

<sup>2</sup> O debate acerca dos rumos da economia nacional e das alianças entre os governos do PT em âmbito federal e as diferentes frações da burguesia é um dos mais destacados na atualidade. Conferir Boito Jr. (2012) e Singer (2016) para diferentes perspectivas a respeito daquele vínculo.

<sup>3</sup> Para uma análise bem fundamentada a respeito do termo, que reconstrói suas origens históricas e o relaciona às discussões mais importantes da teoria crítica do período, ver Regatieri (2015, p. 77-109).

trabalho. Horkheimer e Adorno se inspiram nessa polêmica, mostrando inicialmente em que medida determinados grupos sociais fazem uso de violência e ilegalidade para obter vantagens econômicas e defender a si mesmos diante de outros grupos.

Ao descrever e analisar a passagem do período liberal para o capitalismo avançado, os autores mostram como as formas de sociabilidade burguesas redundaram em uma transformação no caráter da dominação exercida entre indivíduos e grupos sociais. A imagem do liberalismo do século XIX serve como contraponto ao período histórico em que os teóricos críticos lançaram os primeiros esboços do trabalho em conjunto que viria a se chamar *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), uma vez que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela crescente monopolização dos poderes capitalistas e a necessidade crescente da intervenção estatal sobre a economia. Para além da influência evidente que esse desenvolvimento histórico exerceu sobre as obras da teoria crítica, Horkheimer e Adorno apontaram para o fato de que a centralidade cada vez maior dos grandes monopólios e a importância do poder estatal sobre a vida dos indivíduos trouxeram à superfície algo que no período clássico do capitalismo não era tão evidente, o uso da força e da violência para a obtenção de trabalho excedente.

Nos ensaios *Sobre a sociologia das relações de classe* (HORKHEIMER, 1943) e *Reflexões sobre a teoria de classes* (ADORNO, 2003), escritos como materiais preparatórios para o projeto sobre dialética, há um esboço de uma teoria da dominação no capitalismo avançado que seria mais tarde transformada e reaproveitada na obra *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), a mais conhecida dos autores. Nesse sentido, o nazismo constituiria um modelo para o qual o espraiamento e o reforço das relações capitalistas sobre os indivíduos apontariam. A luta selvagem entre os grupos burgueses que controlavam o estado alemão não apenas por uma fatia maior do poder estatal, mas também pelo acesso aos lucros, caracterizava o que na aparência se apresentava como um bloco monolítico. Tampouco se trata de dizer que a caracterização do bando nazista no poder significava para os autores que o estado alemão havia sido usurpado por bandidos. Na verdade, sua argumentação considerava que as classes e grupos dominantes tenderiam a se organizar dessa forma conforme se desenvolve a monopolização. Portanto, e essa é uma tese bastante cara à teoria crítica, o desenvolvimento do fascismo não é um acidente na história da sociedade burguesa, mas a exacerbação de seus traços constitutivos. Ou ainda, o escândalo com o poder fascista e os *rackets* deveria se voltar mais para o fato de que o estado e o sistema político estiveram sempre ligados no capitalismo à espoliação, e menos para o banditismo de certos grupos no aparelho estatal, como se esse fosse uma instituição neutra tomada de assalto. As disputas entre as facções nazistas apenas mimetizariam a lógica da competição entre os monopólios por uma parcela maior da mais-valia. O

uso da gíria *racket* “expressa a ideia que toda atividade na presente sociedade, seja qual for, não tem outro interesse como seu conteúdo e objetivo senão a aquisição da maior parte possível da mais-valia circulante” (HORKHEIMER, 1943, p. 32).

Em particular, os *rackets* eram vistos como um protótipo do domínio de classes exercido ao longo da história. No momento em que o poder de classe passasse a ser ameaçado, os dominantes não hesitariam em usar de força pura e violência. Isso ficaria mais evidente com a passagem do capitalismo liberal ao capitalismo dos monopólios. Por um lado, sob o liberalismo imperava a aparência de que os conflitos sociais pudessem ser resolvidos pela simples concorrência entre os indivíduos. O advento do contrato de trabalho ocultou, sob o manto da igualdade entre os contratantes, a desigualdade básica que existe entre eles. No momento em que a concorrência perdia centralidade com a concentração dos capitais, por outro lado, as tendências de seu desenvolvimento trouxeram de volta à superfície formas de opressão que nunca deixaram de ser válidas. Os *rackets* constituiriam um traço comum das classes dominantes em sua busca pelo excedente econômico. Ao longo da história, elas estiveram juntas por seu interesse comum na exploração. No entanto, “sempre foram caracterizadas por lutas internas, pelos esforços de uma de suas partes em assegurar os despojos que outros poderiam se apropriar” (HORKHEIMER, 1943, p. 3). Assim, o conceito não tinha por objetivo substituir a teoria marxista de classes nem o conceito de classes dominantes, mas apenas diferenciar sua manifestação no capitalismo da época. Daí que o fascismo fosse, nas palavras de Adorno (2003, p. 376), “a forma de organização política digna” do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

## Os *rackets* no Brasil

Do resumo que se fez sobre as análises da teoria crítica, é possível extrair alguns elementos para a compreensão da atual situação da sociedade brasileira. Evidentemente, não se trata aqui de uma simples transposição das análises de Horkheimer e Adorno. O Brasil do início deste século é bastante distinto tanto dos Estados Unidos quanto da Alemanha do início dos anos 1940. Não apenas continuamos a ser um país na periferia do capitalismo, como vivemos atualmente os efeitos da implantação de um regime que se pretende o exato oposto do intervencionismo estatal típico do século XX, questão que estava no centro das discussões do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. A despeito disso, há semelhanças bastante tenebrosas para que possamos resgatar um termo que recebeu pouca atenção da literatura especializada. Assim, a teoria crítica deve servir como inspiração, e não como um simples modelo que pudesse ser aplicado a qualquer

realidade histórica específica. Do contrário, desrespeitaríamos o próprio espírito da teoria crítica, preocupada com as especificidades de cada objeto de suas análises, assim como ignoraríamos as mediações necessárias a serem levadas em consideração quanto ao desenvolvimento histórico da sociedade brasileira.

Dissemos no início do texto que as acusações aos grupos que atualmente controlam o governo federal são de conhecimento público. Apenas isso bastaria para suspeitar, como faz o senso comum no país, que a ligação entre políticos profissionais e crime organizado não é algo fortuito. Extrapolando as implicações das análises de Horkheimer e Adorno, podemos dizer que estamos sendo governados por uma camarilha cujo interesse principal é a apropriação de uma fatia maior dos recursos financeiros mediados pelo aparelho estatal, e cujo exemplo mais próximo se encontra nas atuais propostas de reformas da previdência e trabalhista. No entanto, aproximação maior com os *rackets* originais não se refere somente a essa disputa feroz, ainda que velada.

As classes dominantes brasileiras (rentistas, empresários nacionais, grandes produtores rurais, banqueiros) estão fazendo o que sempre fizeram com muita dedicação: manter sua dominação sobre as classes trabalhadoras e grupos oprimidos por meio da política de terra arrasada. Para isso, se valem de um antigo e persistente expediente, rebaixar o valor da força de trabalho e suas condições de reprodução. Historicamente, desde o período colonial, a exploração do trabalho no Brasil se deu quase sempre abaixo de seu valor normal, garantindo taxas extraordinárias de lucro. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre manteve essa condição praticamente inalterada. Nos momentos em que se procurou regular essa relação de superexploração por meio da ação estatal (como nos governos de Vargas, Jango e Lula), houve reação extremada.<sup>4</sup>

Isso não significa necessariamente dar conteúdo positivo às tentativas de se administrar a reprodução da força de trabalho no país, com o intuito de absorver a insatisfação popular perante as condições de vida inumanas nas quais vive boa parte da população. A conquista e a concessão de direitos sociais ocorrem não apenas para absorver o antagonismo social. Elas se fizeram também naqueles momentos históricos tendo em vista a constituição e fortalecimento de um padrão regulador do capitalismo periférico, que alçasse o Brasil ao primeiro time da divisão internacional – como parte da história intelectual por aqui atesta, com os escritos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a consolidação de uma sociologia preocupada com a modernização do país. Ou seja, maior produtividade do trabalho associada a um nível de consumo adequado à reprodução da força

---

<sup>4</sup> Evidentemente, trata-se aqui de uma apropriação bastante livre do conceito de superexploração desenvolvido pela teoria marxista da dependência. Martins (2011) faz uma breve exposição histórica do problema, enquanto Luce (2013) mostra como ele permanece um elemento central do capitalismo brasileiro.

de trabalho, sem o comprometimento dos salários ou do tempo de vida dos trabalhadores. Contudo, nossas elites nunca estiveram totalmente dispostas a pagar o preço inteiro dessa transformação. Por que a manutenção das taxas de acumulação deveria estar estruturada em padrões superiores produtividade, o que implicaria justamente a preocupação em aumentar o bem-estar dos trabalhadores, se isso arriscaria jogar por terra toda a possibilidade em se extrair cada gota a mais de trabalho excedente dos estratos sociais rebaixados? Ademais, isso acarretaria uma possível ruptura com as ligações existentes entre as burguesias daqui e as dos países centrais, o que colocaria em xeque a adesão de muitas camadas sociais brasileiras, entre elas as assim chamadas classes médias, aos padrões de vida e ideológicos originados no centro do capitalismo.

Certamente, a atual crise no Brasil é liderada por um grupo bastante específico de nossas classes dominantes, formado pelas escolas ultraliberais do pensamento econômico em *Wall Street* e na *City*. O programa econômico que se vende como a solução para os atuais problemas da acumulação é a aplicação dos princípios do austericídio europeu, que levou os países do sul da Europa à bancarrota e trouxe miséria e desemprego às suas classes e grupos oprimidos – e está associado à ascensão de movimentos neofascistas como o partido grego Aurora Dourada. A tarefa perseguida pelas classes dominantes brasileiras em sua ponte para o futuro é a mesma: livrar o Estado de todos os gastos desnecessários para aquilo que realmente importa, a imagem de bom pagador e fiel depositário das dívidas. Afinal, o dinheiro internacional deve cumprir com o ideal burguês da livre circulação. Do resto a iniciativa privada e o mercado cuidarão tranquilamente.

Considerados os *Chicago Boys* a vanguarda desse atraso, eles também estão aliados ao agronegócio e aos empresários pelo bem da nação e pelo emprego, constituindo a versão *hard* de nosso neoliberalismo. É essa aliança, e não o campo progressista, quem propõe a luta de classes mais desavergonhada: uma disputa pelos espólios da acumulação financeira aliada à maior exploração das classes subalternas. Estão apenas levando ao limite a versão *soft* a que assistimos entre 2003 e 2016.<sup>5</sup> Agora resolveram tomar de volta as rédeas, agradecendo aos serviços prestados, os quais encontraram seus limites com a persistente crise econômica em que se encontra a nação. Para a retomada proposta, servem-se de um grupo de políticos profissionais que não têm a menor vergonha em propor reformas que estendam o período de trabalho para praticamente todo o tempo de vida da maioria das pessoas e acabem com os **privilégios** dos trabalhadores em suas negociações com o capital, ao mesmo tempo em que negam todas as acusações de envolvimento nos mais

---

<sup>5</sup> Ao contrário do que a propaganda partidária mostra, há muitos elementos de continuidade entre a gestão neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e o assim chamado neodesenvolvimentismo dos governos Lula e Dilma. Para um apanhado geral dessas semelhanças, ver Carcanholo (2015).

diversos tipos de crime.<sup>6</sup> A exemplo da teoria crítica, não deveríamos nos espantar com esse caráter peculiar. O noticiário nos últimos anos tem apontado para algo que deveria ser considerado o estado normal dos grandes negócios: o favorecimento de determinadas empresas em troca de dinheiro e sua aliança com o estado não constitui exceção no andamento do capitalismo. Afinal, a busca incessante pelo excedente econômico deve encontrar todos os meios possíveis para satisfazer a *auri sacra fames*.

Quanto à violência característica dos *rackets*, o atual governo já deu mostras que atenderá aos pedidos da extrema direita em usar de mais repressão para conter a insatisfação das classes e grupos oprimidos. Há uma seletividade evidente no uso da força policial em manifestações de rua: se estas estiverem de acordo com os desígnios dos comandantes do aparelho estatal, seus participantes poderão tirar fotos com os policiais, em uma espécie de paródia da identificação com o agressor; do contrário, os comandantes das tropas de choque não hesitarão em lançar bombas. O mais recente capítulo das demonstrações de força se traduz na mobilização do exército para conter as rebeliões de presidiários em vários estados, apresentada como a única solução para o inferno aos quais são mandados indivíduos, geralmente negros, pobres, sem condições materiais de levar um processo jurídico adiante e condenados por pequenos crimes e contravenções. Eis aqui outra faceta do controle social, exercido mediante a arbitrariedade da lei e da violência de estado, que se constitui no sistema carcerário brasileiro.

“Hoje, a similaridade das diferentes fases históricas da economia burguesa com relação ao princípio da exploração tende a se tornar óbvio” (HORKHEIMER, 1943, p. 3). No Brasil, o uso da ilegalidade e da violência quase sempre esteve associado às relações que as burguesias daqui estabeleceram com as classes trabalhadoras. Talvez o período anterior ao golpe, especialmente aqueles anos de prosperidade econômica alicerçados na expansão chinesa e na tentativa de aumentar o consumo de bens duráveis por meio de crédito fácil, tenha obscurecido aquele caráter, já que estaríamos vivendo um capitalismo bom para todos – ainda que o exemplo da construção da usina hidrelétrica de Jirau seja suficiente para contestar essa visão, numa mistura de alguns dos ingredientes que marcam a história brasileira: devastação ambiental, massacre das populações locais e degradação permanente do trabalho. Sob os ventos da crise que avança pelo globo, esse castelo de cartas ruiu. Nossas classes dominantes, incluindo os campeões da indústria nacional, o agronegócio e a cúpula financeira, mostram mais uma vez a que vieram: espremer os dominados até a última gota de sangue e suor na extração de mais trabalho.

---

<sup>6</sup> A existência dessa aliança depende, acima de tudo, do sucesso em implementar a agenda do austericídio. De outra forma, existe a possibilidade de um conflito persistente entre as diversas facções da burguesia, especialmente dentro do sistema de representação político brasileiro.

Como se não bastasse a verdadeira pilhagem que está sendo posta em prática atualmente, há ainda outras semelhanças com os casos analisados pela teoria crítica, e elas dizem respeito tanto à direita quanto à esquerda. No caso da primeira, assistimos nos últimos anos ao crescimento da intolerância em relação a qualquer coisa que escape às regras impostas pelo pensamento autoritário: uma simples camiseta vermelha é identificada como uma agressão aos padrões nacionalistas e que deve ser respondida com socos e pontapés. Esse tipo de reação se manifesta de maneira ainda mais obscura na *Internet*. Por meio do suposto anonimato da rede eletrônica – que grandes empresas do ramo e agências estatais já mostraram ser uma ficção a serviço do controle social – indivíduos exibem seu ressentimento e ódio. Basta ler os comentários sobre qualquer notícia em portais de informação e fóruns de discussão. Aqui se revelam dois traços intimamente associados à análise das novas condições de dominação efetuada pela teoria crítica, a proeminência da indústria cultural, representada agora pelo desenvolvimento da rede de computadores, e a prevalência de um tipo paranoico de pensamento, que acompanhou de perto a ascensão do poder fascista.

“Hoje, os *rackets* divulgam a produtividade e o espírito comum, e perseguem enquanto ‘*racket*’ cada pessoa ou grupo que se recusa a se juntar a eles [...]” (HORKHEIMER, 1943, p. 33). Tal maneira de agir, que se espraia conforme a sociabilidade capitalista se fortalece, pode ser observada com os devidos cuidados aqui no Brasil. Os grupos que foram às ruas a partir de 2015 contra a corrupção, mas sobretudo nas redes sociais *online*, muitas vezes acusavam aqueles que recebem auxílios governamentais de não querer trabalhar, chamando-os de vagabundos. Certamente, não se pode dizer que o Bolsa Família constituiria um primeiro passo rumo ao nosso estado de bem-estar social. No fim das contas, o dinheiro recebido por um grande contingente de famílias no país serviu para reforçar os padrões vigentes de sociabilidade, inculcando consumismo e individualismo no lugar de criar uma estrutura de proteção coletiva (LAVINAS, 2015). Por outro lado, dados os níveis obscenos de desigualdade por aqui, aquela quantia monetária representou de fato uma melhora substancial de vida. Não por acaso, organizações financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial elogiaram à exaustão a eficiência das gestões petistas no combate à pobreza. Em especial, o governo Lula foi capaz de algo quase inimaginável, mas altamente desejável às classes neoliberais: ao mesmo tempo em que fazia o capital circular, apaziguava aqueles que não possuem dinheiro.

Esse simulacro de *welfare state* trouxe à superfície um forte ressentimento de classe, sobretudo dos estratos de renda média, que não pode ser ignorado. Na sua visão, quem recebe benefícios do estado não quer despendar seu suor com trabalho, locupletando-se dos impostos que o contribuinte paga em dia. Sabemos, contudo,

o quão perversa é essa equiparação no Brasil, uma vez que a assim chamada classe média não apenas se aproveita do baixo custo da força de trabalho dos trabalhadores mais pauperizados, como também passou a se beneficiar de uma série de políticas de estado a partir da ditadura civil-militar (como a redução dos serviços públicos de saúde e de educação, que não apenas rebaixaram o valor da força de trabalho, mas também contribuíram para manter seus padrões de consumo elevados e, conseqüentemente, sua distinção em relação à massa de miseráveis) (POCHMANN, 2014). “Os grupos mantêm de pé as condições para a continuidade da divisão do trabalho, na qual eles possuem uma posição privilegiada, e repelem de forma violenta transformações que poderiam ameaçar seu monopólio” (HORKHEIMER, 1985, p. 288).

A estreiteza de pensamento dos grupos sociais que foram às ruas alia-se a seu cinismo notório, afeito também às nossas classes dominantes. Clamavam pelo fim da alta taxa de impostos hordas vestidas com o uniforme da seleção brasileira de futebol – capitaneada por uma das entidades com mais processos por corrupção às costas. Não são incomuns cenas nas quais famílias da classe média reclamam dos tributos que pagam ao mesmo tempo em que burlam a lei sem nenhum embaraço. Assim, não se trata de dizer que a classe média foi enganada pelas elites brasileiras. Para aqueles que manifestaram sua ojeriza com o estado petista, pouco ou nada significa o fato de que são os pobres que pagam mais impostos no Brasil. Uma vez que no Brasil a tributação se concentra sobre os bens de consumo e serviços, e não sobre o patrimônio, a maior parte dos impostos incide indiretamente sobre a renda. Isso atinge especialmente os trabalhadores mais pobres do país, já que eles consomem a maior parte de seus rendimentos com gastos em alimentação e produtos industrializados (MAZZA, 2016).

A semelhança com o fascismo, em que multidões de indivíduos paranoicos devem perseguir qualquer um que aponte para a diferença, não seria mera coincidência. No caso, a paranoia diz respeito ao bloqueio da experiência dos indivíduos no capitalismo tardio, e que seria reforçado com o modelo neoliberal.<sup>7</sup> Na medida em que o individualismo é acentuado pela ideologia do empreendedorismo, presente não apenas no mundo dos negócios, mas também na vida cotidiana das pessoas por meio das mais variadas vertentes religiosas, tudo aquilo que escapa ao esquema do sucesso pessoal deve ser visto como algo que foge à realidade e, portanto, deve ser combatido tenazmente. Para esse tipo de pessoa, aqueles que não

---

<sup>7</sup> Segundo Horkheimer e Adorno (1985), a aniquilação dos indivíduos conforme o capitalismo passa de sua fase liberal para sua fase monopolista impossibilitava a estes o reconhecimento do conflito que a interiorização dos imperativos sociais deixa em sua personalidade. Eles não apenas são convertidos em objeto de administração, mas sua própria capacidade reflexiva torna-se atrofiada. Daí que a realidade lhes apareça como um círculo fechado, contra o qual não se pode fazer nada a não ser entregar-se.

demonstram em sua existência os traços de um *self-made man* não merecem outra coisa a não ser o desprezo.

Por sua vez, uma análise dos atuais acontecimentos no Brasil não poderia deixar de lado a constituição e reconfiguração das forças sociais que procuraram se opor ao golpe, especialmente na fração mais organizada da esquerda brasileira. Há aqui um elemento ainda não mencionado das análises de Adorno e Horkheimer (1985). Como já afirmado antes, os *rackets* foram vistos pelos autores como um modelo fértil para a análise das relações de classe no capitalismo desenvolvido. Mas suas análises a respeito das camarilhas que controlam a disputa pelo excedente econômico ficariam pela metade se não considerássemos sua constituição também em organizações de trabalhadores.

Se o *racket* aparece como um modelo das relações de dominação social, a explicação oferecida pela teoria crítica nos anos 1940 levava em conta o desenvolvimento dos partidos e sindicatos como a contrapartida da monopolização das empresas e dos negócios. Conforme o capital se concentra, parte das lideranças dos trabalhadores passou a constituir também monopólios, de maneira a se adaptar às transformações globais no modo de produção. Nesse sentido, a relação entre os líderes sindicais e os operários associados aos sindicatos também se revestiria do caráter mercantil, uma vez que aqueles controlam a oferta de trabalho da mesma maneira que diretores de grandes empresas administram matérias-primas, máquinas e outros fatores da produção. Ou seja, o poder que os sindicalistas detêm sobre seus comandados depende estreitamente do sistema industrial, já que o controle sobre a força de trabalho lhes rende parte da mais-valia explorada. A organização dos trabalhadores constituiria para algumas de suas lideranças um negócio como outro qualquer: em troca de uma parcela dos rendimentos daqueles, garantiriam proteção contra ameaças que lhes adviessem.

Certamente, a imagem que a teoria crítica do período tinha do sindicalismo era fruto das disputas travadas nas organizações norte-americanas, marcadas por escândalos de corrupção e extorsão nas décadas de 1930 e 1940.<sup>8</sup> Mais importante do que isso, porém, é o vínculo entre essa maneira de organizar a força de trabalho e a questão do conformismo. Aliada às tendências da indústria cultural em conformar os indivíduos aos padrões sociais vigentes, a relação estabelecida entre lideranças sindicais e massas de trabalhadores tornava opaca a perspectiva de uma possível superação das relações sociais pautadas pela forma mercadoriana. Daí que sindicatos se aproximassem da estrutura de um *racket*: ao preço de sua integração em determinado grupo, o que torna a injustiça social algo normalizado, os trabalhadores poderiam

---

<sup>8</sup> A respeito do assunto, conferir Fetscher (1986). Contudo, como aponta Lindemann (2000), a experiência dos partidos e sindicatos operários na Alemanha na primeira metade do século XX, antes mesmo da ascensão ao poder pelos nazistas, também foi decisiva para a teoria crítica.

assegurar seu padrão de existência sem que sucumbissem, aparentemente, à barbárie. Visto por outro prisma, é possível dizer que o fenômeno analisado pela teoria crítica também diz respeito à reprodução dos padrões de dominação dentro das relações entre os dominados.

Se pensarmos na atual situação brasileira, o paralelo com as análises empreendidas pela teoria crítica não diz respeito propriamente às denúncias relativas aos esquemas de favorecimento político que têm sido feitas desde 2005 com o episódio do Mensalão. Ainda que tenham sido em si mesmas bastante graves para um partido que se orgulhava de sua postura moral e ética, supostamente avessa ao enriquecimento de suas divisões superiores, a questão vai muito mais longe do que a simples quebra de valores. Na verdade, trata-se dos efeitos que a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) exerce sobre parcela importante das classes trabalhadoras e outros grupos subalternos. Sem dúvida, há uma convergência entre, por um lado, a aproximação do PT ao funcionamento dos demais partidos políticos brasileiros, sobretudo pela crescente dependência tanto do financiamento estatal, por meio fundo partidário, quanto pelas cifras cada vez maiores pagas por empresas e bancos, e, por outro, o afastamento da cúpula partidária em relação a suas bases e núcleos locais. Essa são características visíveis aos olhos de diversos analistas da trajetória do PT,<sup>9</sup> e podem ser consideradas parte de uma explicação que leve em conta o estreitamento dos horizontes emancipatórios por parte das próprias organizações dos trabalhadores e demais grupos sociais dominados.

Não deixa de ser útil aqui fazer referência novamente ao problema da paranoia. Longe de ser exclusividade dos setores mais conservadores e reacionários, muitos na esquerda também padecem daquele traço, vide a divisão binária entre **coxinhas** e **petralhas**. Deve-se necessariamente pertencer a um dos dois grupos. Mais especificamente, a paranoia se refere a uma incapacidade de muitos que estão do lado dos subalternos em imaginar qualquer forma de ação política que vá além do culto às grandes personalidades e ao aparelho estatal. Não por acaso, as transformações do PT fizeram com que o partido se afastasse aos poucos dos núcleos de base e dos movimentos sociais que animavam seu funcionamento interno no início de sua trajetória. Cada vez mais ele se aproximou de uma postura na qual o estado seria o promotor de um grande consenso social, o que favoreceria não apenas o desenvolvimento da nação, mas também permitiria que a desigualdade social característica de nossa sociedade fosse amenizada. Esse afastamento de um horizonte anticapitalista – que, de todo modo, nunca foi unânime no interior do PT, nem mesmo em seu nascimento – esteve vinculado ao estreitamento das perspectivas sociais dos próprios sujeitos da esquerda no país.

---

<sup>9</sup> Para uma síntese a respeito do afastamento da cúpula do PT em relação a suas bases e núcleos, conferir Lopes (2016, p. 62-76).

Hoje em dia, qualquer coisa que os afaste da segurança e imediatividade que os opostos **coxinhas e petralhas** oferecem a eles os deixa desnorteados. Não parece casual que muitos atribuam às manifestações iniciais de junho de 2013, quando seu objetivo claramente girava em torno da redução das tarifas do transporte público, a culpa pela deposição de Dilma Rousseff. (Nunca é demais ressaltar que o giro das manifestações de junho de 2013 se deu pela ressignificação das pautas dos movimentos pelo passe livre. Conforme os protestos ganharam notoriedade e apoio da opinião pública, eles foram perdendo seu caráter original. Ao mesmo tempo em que a revogação do aumento das passagens de ônibus e metrô deixam de ser a pauta principal das manifestações, abrindo espaço para reivindicações por mais segurança, educação e saúde, assim como contra a corrupção, setores da classe média urbana saem às ruas, como há muito tempo não se via.) Ou seja, o peso pela expulsão da esquerda organizada do poder deveria recair sobre a extrema esquerda, que por um breve instante colocou em xeque o modelo de organização centrado no Partido dos Trabalhadores.

A mirada psicanalítica, que permite entrever aspectos centrais da socialização capitalista na constituição da individualidade, pode ser observada também na reação ao já famoso episódio da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Ele se liga não apenas ao problema dos *rackets*, dadas as acusações de crimes que pesam sobre muitos dos parlamentares brasileiros. Aquele momento também consistiu numa verdadeira catarse ou, mais propriamente, uma ab-reação: uma descarga emocional por meio da qual o indivíduo se liberta de um afeto ligado à memória de um acontecimento traumático.<sup>10</sup> É como se, tamanha a aberração dos discursos proferidos ao longo daquele dia, tivéssemos percebido algo que as aparências movidas pela grande engrenagem social nos fazem esquecer: somos submetidos aos ditames e idiossincrasias de nossos representantes. Contudo, em vez de se constituir numa oportunidade de se repensar as formas de organização para uma sociedade diferente, muitos preferiram se ater à opinião segundo a qual a esquerda deveria retomar o âmbito da política, que estaria sendo propositalmente destruída. Para essa vertente, a esfera política não representaria, sob a figura do estado, uma forma sob a qual os conflitos sociais seriam reproduzidos e administrados, sobretudo aqueles em torno da valorização do capital.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Certamente, também caberia falar em uma espécie de “gozo sádico” no momento em que muitos deputados proferiam ofensas tanto à presidenta deposta quanto ao conjunto da esquerda, o que forneceu uma espécie de satisfação com o sofrimento alheio.

<sup>11</sup> Aqui serve de inspiração o trabalho de Hirsch (1974), para quem a intervenção do estado no processo de reprodução capitalista é a forma encontrada por este para se movimentar dentro de suas contradições.

## Considerações finais

Tendo em vista a breve discussão a respeito da atual situação histórica no país, é possível dizer que o exame dos *rackets* feito pela teoria crítica oferece um modelo de análise com sugestões valiosas para duas questões centrais em nossa sociedade. Por um lado, a exploração sem escrúpulos que as classes dominantes projetam. Por outro, a ausência de um questionamento mais aprofundado desse padrão por parte das classes dominadas, o que ajudaria a compreender por que a reação ao golpe de 2016, esperada por uma parcela considerável da esquerda, nunca tenha se manifestado de maneira vigorosa. De maneira semelhante às considerações de Horkheimer e Adorno, é necessário mostrar como esses dois polos estão articulados na reprodução do capitalismo no Brasil. O caráter selvagem das relações de dominação não apenas é um elemento estrutural de nossa formação social, mas está intimamente ligado ao estreitamento do horizonte emancipatório dos dominados. Embora a esquerda no poder tivesse, em princípio, a pretensão de abrandar a exploração por meio da elevação do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, esses mecanismos não escaparam do quadro geral da socialização capitalista. Ao contrário, buscou-se um pacto que favorecesse o desenvolvimento do capitalismo. A sustentação dessa aliança se fez com classes que historicamente estiveram dispostas a usar de violência para manter as relações sociais enquanto tais. Então não seria casual que expressões de violência, cuja forma mais recente é o golpe de 2016 e a ascensão de grupos conservadores e reacionários, tenha voltado com força total. De fato, ela nunca desaparecera; no máximo, pode-se dizer que estava adormecida.

Em suma, trata-se da indicação de um tipo de pesquisa que pode ser levada a cabo para entender o cenário histórico brasileiro nas últimas décadas e a dificuldade que setores inicialmente vinculados aos trabalhadores e grupos subalternos encontraram para efetivar uma mudança substancial nas relações sociais que imperam em nosso país, a começar por reverter a superexploração. Se seguirmos as trilhas deixadas pela teoria crítica, diríamos que um exame da trajetória do Partido do Trabalhadores, juntamente com as análises acerca do sindicalismo brasileiro desde o fim da ditadura civil-militar, ambos representando formas de organização centrais na história das classes dominadas do país, deveria levar em conta a maneira como a própria reprodução da sociedade capitalista por aqui conforma seus sujeitos. Isto é, para entender os motivos do fracasso da esquerda no Brasil, assim como o sucesso do golpe de 2016 e as poucas reações a ele, se faz necessário um exame da maneira como o capitalismo brasileiro, com suas características bastante particulares, é bem-sucedido em limitar as aspirações de classe, ou ainda, como os conflitos sociais no Brasil apenas em pequenos momentos conseguem apontar para uma lógica societária

oposta à mercantilização total das relações sociais e, portanto, a uma continuação da dominação e da exploração. Estamos diante da dificuldade dos sujeitos na atual formação do capitalismo em reconhecer que eles mesmos são tolhidos por ela, problema que esteve no centro das preocupações da teoria crítica.

### ***BRAZILIAN RACKETS. REMARKS ON CURRENT HISTORICAL CIRCUMSTANCES***

**ABSTRACT:** *To reflect on the current historical circumstances that led to Dilma Rousseff's impeachment, this article relies on a Critical Theory notion regarding the development of capitalism in the first half of the twentieth century which connects forms of domination to the use of violence: the racket. After a short exposition of the term, it reconstructs the Brazilian political and social scenario, detailing some of its specific conditions such as the overexploitation of the labor force and its model of neoliberalism. In addition to an exposition that connects the current government to rackets, I outline a picture of current class relations, which shows the emergence of conservative and reactionary groups as well as the deadlock of the left. The aim is to show that the current coup's purpose is to maintain domination over Brazilian society at the costs of violence.*

**KEYWORDS:** *Coup. Domination. Racket. Critical Theory.*

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Reflexionen zur Klassentheorie. In: ADORNO, Theodor W. **Gesammelte Schriften, Band 8, Soziologische Schriften I.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, p. 373-391.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGUIAR, Gustavo; PERÓN, Isadora. Seis dos 23 ministros de Temer respondem a inquéritos no STF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 mai. 2016. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,seis-dos-23-ministros-de-temer-respondem-a-inqueritos-no-stf,10000052217>>. Acesso em 7 fev. 2017.

BOITO JR., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda, 2012, p. 69-104.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo y dependencia contemporânea. La actual lucha de clases por la transformación social. In: VILLAGRA, Luis Rojas (org.). **Neoliberalismo en América Latina: Crisis, tendencias y alternativas**. Asunción: CLACSO, 2015, p. 263-82.

FETSCHER, Iring. Die Ambivalenz des liberalistischen ‘Erbes’ in der Sicht von Max Horkheimer. Eine Skizze zu seinen politischen Reflexionen im Exil. In: SCHMIDT, Alfred; ALTWICKER, Norbert (org.). **Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung**. Frankfurt am Main: Fischer, 1986, p. 298-327.

HIRSCH, Joachim. **Staatsapparat und Reproduktion des Kapitals**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.

HORKHEIMER, Max. Die Rackets und der Geist. In: HORKHEIMER, Max. **Gesammelte Schriften, Band 12, Nachgelassene Schriften 1931-1949**. Frankfurt am Main: Fischer, 1985, p. 287-291.

\_\_\_\_\_. **On the Sociology of Class Relations**. Archivzentrum der Universitätsbibliothek, Goethe-Universität Frankfurt, Signatur IX 16, 1943.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. **Politika**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 35-51, jul. 2015.

LINDEMANN, Kai. Das Racketbegriff als Gesellschaftskritik. Die Grundformen der Herrschaft bei Horkheimer. **Zeitschrift für Kritische Theorie**, Lüneburg, Heft 11, p. 63-81, 2000.

LOPES, Walson. **PT: Crítica de sua trajetória política**. Curitiba: Appris, 2016.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALEIMDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013, p. 145-166.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, Boitempo: 2011.

MAZZA, Willame Parente. **O Estado democrático de direito confrontado**. Neoliberalismo e política fiscal. Tese (Doutorado em Direito). – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REGATIERI, Ricardo Pagliuso. **Capitalismo sem peias**. A crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 1940 e na elaboração da *Dialética do*

*Esclarecimento*. Tese (Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SINGER, André. A (falta) de base política para o ensaio desenvolvimentista. *In*: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-54.

Recebido em 10/02/2017.

Aprovado em 03/07/2017.

